

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO/RJ. PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 075/2023.

A empresa W C SANTANA, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, solicitando diligência para que seja comprovado ORIGEM e EXEQUIBILIDADE do preço ofertado no referido certame pela empresa H V FINTELMAN – LOCAÇÃO E SERVIÇOS, CNPJ 14.860.645/0001-09. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa do Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de produções e eventos para as festividades de 2023 início em 2024, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte Lazer e Turismo do município de Sumidouro -RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, lotes 04 e 05 – EQUIPE DE APOIO PARA LIMPEZA E EQUIPE DE APOIO DE PALCO. O nosso RECURSO tem a única intenção de demonstrar o equívoco na classificação do licitante acima descrito, com o objetivo de auxiliar uma melhor contratação para a administração. O processo ou procedimento licitatório é aquele pelo qual os órgãos da Administração Direta, as entidades da Administração Indireta, os fundos especiais e as entidades controladas direta ou indiretamente pelas pessoas federativas (art. 1º, § único da Lei nº 8.666/93), convocam pessoas particulares, interessadas em com a mesma celebrar um vínculo jurídico especial, ou ainda aquelas como este órgão que optam por regulamentar a sua forma de contratação. Este vínculo pode ter como objeto uma alienação ou aquisição de bens, construção de obras, contratação de serviços ou a delegação de serviços públicos, para, através de um ambiente de competição, selecionar a melhor proposta aos interesses do órgão contratante, segundo regras prefixadas neste caso na lei maior, que deve ser obedecida por todos, na regulamentação e no instrumento convocatório. Ou seja, o edital não deixa nenhuma dúvida no item 8.2 que será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexeqüível. 8.3 considera-se inexeqüível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. 8.4 qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita. Apresentada essa situação, REQUEREMOS que a empresa H V FINTELMAN – LOCAÇÃO E SERVIÇOS, apresente prova de exeqüibilidade dos serviços nos lotes 04 E 05, tendo em vista o valor de R\$ 80,00 para o lote 04 (sendo que todo o material de EPIs e materiais para o desenvolvimento do serviço (vassouras, rodos, pás, sacos de lixo, panos de chão, papéis higiênicos, desinfetantes, cloro, água sanitária) de acordo com o edital terão que ser fornecidos pelo vencedor) o valor ofertado é INEXEQUÍVEL para o serviço proposto e no lote 05 o valor ofertado foi de R\$.81,42, pois esses valores apresentados estão muito abaixo ao piso salarial determinado conforme Convenção Coletiva de Asseio e Conservação/RJ, ano 2023/2024, registrada no MTE pelo nº RJ000850/2023 em 27/04/2023, que é de R\$91,68 (12 horas) para serviços diurnos e R\$110,04 (12 horas) para serviços noturnos + adicional noturno de 20%, com base no salário mensal da categoria que é R\$1.679,77, tendo em vista que o valor está a menor que 50% do valor máximo estimado no edital. Ressaltamos que a comprovação da exeqüibilidade deverá ser feita através da apresentação de contratos, notas fiscais, memória de cálculos para obtenção do valor e documentos que comprovem a

prestação dos serviços anteriores, além de ter ocorrido o fato da empresa não ter apresentado a CND do CGU PJ CEIS conforme **9.1 Sob pena de inabilitação** e conseqüente eliminação automática desta Licitação, a licitante deverá incluir no sistema, os seguintes documentos: item 9.1.34 do edital , que fora incluída após o término do certame pelo pregoeiro conforme em desacordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:, § 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, com estes fatos apresentados para comprovação pedimos a sua desclassificação do certame. Saliente-se que, firmados no certame licitatório os elementos de avaliação das propostas, vincula-se a administração ao poder-dever de verificar as ofertas feitas pelos licitantes, especialmente visando a constatar a compatibilidade entre elas e valores de mercado. Não se admite, em conseqüência, propostas com preços excessivos, assim como não se pode tolerar VALORES que não se mostrem viáveis. A Lei 8.666/93, em seu art. 48, inciso II, estabelece que serão desclassificadas: "as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação." A EXEQUIBILIDADE, se faz necessária pois como já demonstrado os valores dos SERVIÇOS encontram-se MANIFESTADAMENTE INEXEQUIVEIS, muito abaixo do praticado no mercado. Dentro desse contexto real e notório, a exigência de PROVAS de procedência e exeqüibilidade vêm em encontro, como já citado, ao Princípio da Eficiência da Administração Pública, que precisa adquirir os SERVIÇOS pelo menor preço, mas também precisa assegurar a qualidade dos mesmos, bem como assegurar que o licitante vencedor realmente irá executar aquilo que foi contratado no tempo estabelecido, evitando paralisação dos serviços públicos. Outrossim, ainda que pudesse o ilustre Pregoeiro afirmar que a empresa ora vencedora aparentemente atendeu as exigências editalícias, não se pode olvidar que como todo procedimento administrativo a licitação não é um fim em si mesmo. 06/06/2023, 10:00 no sistema LICITANET. Destaca-se que uma das maneiras da Administração se acautelar, seria através de que qualquer licitante ANTES de ser adjudicado, informe demais condições que possibilitaram a composição dos custos que ensejaram na proposta comercial apresentada no presente certame. (Visando dar total transparência à licitação, e, garantindo a qualidade dos serviços que serão entregues no futuro. A presente medida cautelar por parte da Administração está resguardada pelo parágrafo terceiro do art. 43 da lei 8.666/93, o que estabelece à comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligencia destinada a esclarecer ou a complementar a Instrução do Processo Licitatório, não cabendo ao licitante vencedor se esquivar da apresentação de tais documentos, uma vez que é notadamente necessária para esclarecer todas as informações dos serviços ofertados. Lei 8.666/93 - Art. 43. (...) § 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. O processo licitatório, embora de natureza formal, supera e transcende o mero ritual burocrático, porquanto é orientado pelos princípios globais e teleológicos afirmados no artigo 37, da Carta Magna e traduzidos no artigo 3º da Lei de Licitações (Lei nº 8666/93). Tais princípios são indicadores da eficiência e eficácia no processo licitatório, que deve ser estritamente entendido como um instrumento de melhoria do

gasto público. A adjudicação ao vencedor, governada por tais princípios, deve representar, concretamente, melhores condições na obtenção de bens por parte da Administração. Como se percebe, todos estes problemas representam risco ao interesse público. Por esta razão, vários órgãos públicos vedaram a contratação de serviços, aparentemente mais baratos, que pudessem causar prejuízos no futuro. Diante de todo esse exposto, necessário se faz a prova da EXEQUIBILIDADE do valor apresentado pela empresa ora vencedora, através da apresentação de todos os documentos acima solicitados. A realização da diligência no caso em tela, caso a empresa não seja regularmente desclassificada é a solução mais adequada ao fiel cumprimento do interesse público, uma vez que prevalece a dúvida quanto à exequibilidade dos valores dos serviços. Ressaltamos, com a devida vênia, que o nosso intuito é evitar que haja qualquer prejuízo a esse digníssimo Órgão da Administração Pública. Queremos evitar que esse seja enganado, sendo respeitados assim, os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e moralidade administrativas. A presente solicitação de apresentação de prova de exequibilidade, se mostra legítima através de análise de julgados do Tribunal de Contas da União conforme abaixo: “Ao tempo em que a dissociação entre o valor oferecido e o constante do orçamento produz presunção relativa de inexecuibilidade obriga a Administração a exigir comprovação, por parte do licitante, da viabilidade da execução do objeto nas condições por ele ofertadas(...). (...) No pregão, destaca-se, a comprovação da exequibilidade da oferta deve ser feita documentalmente, por meio de planilhas de custo e demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas de execução dos serviços. Destaco que o entendimento acima coaduna-se com a jurisprudência consolidada desta Corte de Contas no sentido de que não cabe à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, devendo facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade de suas ofertas. DOS REQUERIMENTOS: Em face a todo o exposto, requer-se: a). Seja conhecido o presente recurso administrativo, solicitando que a empresa H V FINTELMAN – LOCAÇÃO E SERVIÇOS, apresente as provas de exequibilidade dos valores propostos, para o os lotes 04 e 05, além das comprovações, visando resguardar o interesse público. b). Caso não seja comprovado a exequibilidade, requer que o proponente H V FINTELMAN – LOCAÇÃO E SERVIÇOS, seja desclassificado dos lotes 04 e 05 do presente edital; c). Em caso de desclassificação da empresa declarada vencedora, sejam chamadas quantas empresas forem necessárias para o fornecimento dos itens em referência, até que seja analisada uma proposta que comprove realmente a ORIGINALIDADE do suprimento em questão, além de atender a TODAS exigências editalícias; d). De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito; e). Seja o presente recurso julgado procedente, de acordo com as legislações pertinentes à matéria. Nestes Termos, Pede-se Deferimento.

CORDEIRO/RJ, 09 de Junho o de 2023.

WELLINGTON CONDE SANTANA

CPF nº 113.887.257-11